Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 310, DE 2º DE DEZEMBRO DE 1994

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais e em vista do disposto no art. 52, do Decreto-Lei nº 1.900, de 21 de dezembro de 1981, resolve:

ART. 1º Atualizar os valores constantes das tabelas de que tratam os artigos 22 e 32 do Decreto-Lei nº 1.900, de 1981, a vigorarem no exercício de 1995 na seguinte forma:

I - quando se tratar de obra cinematográfica para salas exibidoras ou televisão, aplicar-se-á por título de obra e por veículo a que destinado, a seguinte tabela:

DURAÇÃO DA OBRA	VALOR (R\$)
até 5 minutos, inclusive frações	R\$ 32,15
de 6 a 14 minutos, inclusive frações	R\$ 96,51
de 15 a 29 minutos, inclusive frações	R\$ 166,06
de 30 a 59 minutos, inclusive frações	R\$ 397,43
acima de 60 minutos	R\$ 851,65

II - quando se tratar de obra cinematográfica de caráter publicitário, aplicar-se-á por título de obra e por veículo a que destinado, a seguinte tabela:

DURAÇÃO DA OBRA	VALOR (R\$)
até 14 segundos, inclusive frações	R\$ 10,92
de 15 a 29 segundos, inclusive frações	R\$ 15,79
de 30 a 44 segundos, inclusive frações	R\$ 21,84
de 45 a 59 segundos, inclusive frações	R\$ 25,89
acima de 60 segundos	R\$ 32,77

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de janeiro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO DO NASCIMENTO E SILVA

(Of. nº 162/94)

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e com fulcro no inciso II do artigo 12 do Decreto nº 99.609, de 13 de outubro de 1992, decide:

Criar os Prêmios de reconhecimento a Autores Brasileiros nas seguintes categorias:

1. Romance;
2. Poesia;
3. Ensaio Literário;
4. Tradução.

Os Prêmios acima referidos serão outorgados a escritores e intelectuais pelo conjunto de sua obra representando um reconhecimento da Fundação Biblioteca Nacional à contribuição de cada um dos premiados à literatura e à cultura nacional.

Os Prêmios serão escolhidos por um júri composto pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, pelo Diretor do Departamento Nacional do Livro da Fundação Biblioteca Nacional e pelo Coordenador do Programa do Livro do Departamento Nacional do Livro da Fundação Biblioteca Nacional.

Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA

(Of. nº 9/94)

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria-Geral da República

PORTARIA Nº 910, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1994

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento nos artigos 127 e 128 da Constituição Federal, considerando o artigo 26 da Lei Complementar nº 075, de 20.05.93, tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 106, de 15.04.93, e ouvido o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União, resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 3º da Portaria PGR nº 106/93, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - A aquisição de veículos oficiais, no âmbito do Ministério Público da União, será precedida de licitação, com observância das disposições estabelecidas pela Lei nº 8.666/93, atualizada, ou por outros dispositivos legais supervenientes."

Art. 2º - Inserir no art. 6º da Portaria PGR 106, de 15.04.93, os seguintes parágrafos:

§ 1º - Ficam excluídos das proibições estabelecidas nos incisos III (1ª parte) e IV, deste artigo, os veículos de Representação e Especial I.

§ 2º - Os Procuradores-Gerais poderão autorizar o uso dos veículos, tipo especial II, para o deslocamento de membros de suas residências, apenas quando for necessário o deslocamento para o exercício de atividades externas."

Art. 3º - Modificar a destinação, o uso e o enquadramento dos veículos oficiais de que trata o artigo 8º da Portaria PGR nº 106, de 15.04.93, alterando-lhe o respectivo Anexo, que passa a ser o que acompanha esta Portaria.

Art. 4º - Manter inalteradas as demais disposições estabelecidas pela Portaria PGR nº 106/93.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

ANEXO

DESTINAÇÃO E ENQUADRAMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

USUÁRIO	TIPO	ENQUADRAMENTO
Procurador-Geral da República	Representação	Automóvel especial com motor de potência a critério do usuário. Cor preta e placa de bronze com cores nacionais.
Vice-Procurador-Geral da República, Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Procurador-Geral do MP, MP e MPDT, Vice-Procuradores-Gerais do MP, MP e MPDT.	Especial I	Automóvel especial com motor de potência compatível com a atividade, cor preta, placa de bronze ou duralumínio, com a numeração central e abaixo o cargo da autoridade usuária.
Subprocuradores-Gerais da República, do Trabalho e da Justiça Militar, Procuradores da Justiça, Procuradores da República, do Trabalho e Militar e Promotores da Justiça, inclusive chefes das Unidades Regionais e Estaduais.	Especial II	Automóvel standard ou equivalente com motor de potência condizente com o serviço a realizar. Cor preta e placa de bronze oxidado duralumínio com numeração sequencial central, e abaixo o sigla do órgão, salvo em relação aos Subprocuradores-Gerais, as que constará o cargo da autoridade usuária.
Servidores	Serviço	Automóvel de motor de potência condizente com o serviço. Cor branca e placa oficial.
De carga leve	Transporte	Veículo utilitário do tipo Pick-up, Furgão, Kombi, ou Micro-ônibus, modelo standard, motor de potência condizente com o serviço a realizar. Cor branca e placa oficial.

(Of. nº 2.266/94)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Diretoria-Geral

DESPACHOS

Tendo em vista a manifestação favorável da Assessoria Jurídica deste MPDFT e demais elementos constantes do Processo nº 08190.002749-9/94, RECONHEÇO, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, a dispensa de licitação para aquisição direta de 06 (seis) veículos automotores, movidos à álcool, para o Grupo Especial deste MPDFT, de acordo com as características descritas nos documentos que integram o citado Processo, junto a AUTOLATINA BRASIL S/A - Divisão Ford, representada por CAVEASA CAPITAL VEÍCULOS S/A.

MÁRIO CAPP FILHO

Chefe do Departamento de Apoio Administrativo

Estando evidenciada a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO para o fornecimento em causa, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, e para efeito do art. 26 do citado diploma legal, RATIFICO o despacho do Chefe do D.A.A. e autorizo a despesa no valor de R\$ 129.944,70 (cento e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), constante da Nota de Empenho de Despesa 94NE01060, de 20.12.94, em favor da AUTOLATINA BRASIL S/A - Divisão Ford, por atender os requisitos legais em vigor.

ANTONIO MARCOS DEZAN
Diretor-Geral